



INFORMATIVO GIAC 167, de 21 de maio de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Acompanhamento das informações e medidas implementadas pelo Governo Federal no combate à pandemia

Dando continuidade ao compromisso de acompanhar as informações e medidas implementadas para combate à pandemia decorrente do coronavírus, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhou, na quinta-feira (20), reunião promovida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sobre o tema "**Farmacovigilância e Covid-19: Monitoramento de Medicamentos na Pandemia**". Para acessar o resumo do encontro acesse [aqui](#).

Na próxima semana (de 24 a 28 de maio), o Senado Federal e a Câmara dos Deputados promoverão audiências públicas sobre a temática "Covid-19":

- **Senado Federal**
 - [O impacto negativo que o corte no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia causará nas pesquisas em andamento no País e atualização das informações sobre investimento em pesquisa e tecnologia para alternativas de vacinação contra a Covid-19 \(24/05/2021, às 10h\)](#)
- **Câmara dos Deputados**
 - [Medidas de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 em Minas Gerais \(24/05/2021, às 14h\)](#)
 - [Efeitos da Pandemia de Covid-19 sobre os Trabalhadores Brasileiros \(27/05/2021, às 14h\)](#)

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19; Senado Federal e Câmara Deputados

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Considerando a instalação, em 27 de abril de 2021, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPIPANDEMIA) destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da

crise sanitária decorrente da Covid-19, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhará e veiculará, por meio do Informativo Giac, os desdobramentos da ação legislativa. Confira, a seguir, as audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)
- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [18/5/2021 às 9h – Oitiva do ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo](#)
- [19/5/2021 às 9h – Oitiva do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello](#)
- [20/5/2021 às 9h – 2ª parte - Oitiva do ex- ministro da Saúde Eduardo Pazuello](#)
- [25/5/2021 às 9h – Oitiva da Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do MS, Mayra Pinheiro](#)

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Fonte: Senado Federal

Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF (6CCR) recomendou inclusão de ciganos e servidores da linha de frente da Funai nos grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (6CCR) enviou recomendações ao Ministro da Saúde, na quinta-feira (20), para que os povos ciganos e os servidores da Funai que atuem diretamente com os povos indígenas sejam incluídos no grupo prioritário do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

A 6CCR afirmou que, embora a legislação brasileira e o próprio Plano Nacional de Imunização (PNI) tenham reconhecido os povos e comunidades tradicionais como grupo de risco, o Ministério da Saúde restringiu a prioridade de vacinação a povos indígenas aldeados, comunidades ribeirinhas e quilombolas.

Quanto aos servidores da Funai que atuam na linha de frente, salientou-se que o grupo realiza atividades de segurança alimentar, territorial e sanitária imprescindíveis no contexto da pandemia, como distribuição de alimentos e implementação e suporte a barreiras e postos de controle de acesso às

terras indígenas e que a manutenção dessas atividades demanda o trabalho presencial contínuo de servidores da Funai.

[Ofício ao Ministro da Saúde](#)

[Recomendação – Ciganos](#)

[Recomendação – Servidores da Funai](#)

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

MPF/AM requereu a retomada da vacinação de grávidas e puérperas contra a Covid-19 em Manaus

O Ministério Público Federal em Manaus (MPF/AM) apresentou manifestação, anuindo ao pedido da Defensoria Pública estadual, nos autos de ação civil pública, requerendo a retomada da vacinação das gestantes e puérperas, sem comorbidades, no grupo prioritário de imunização contra a Covid-19, no Município de Manaus.

A aplicação de vacinas em mulheres desse grupo, em Manaus, teve início em 11 de maio, mas, suspensa no mesmo dia, após orientação do Ministério da Saúde, seguindo nota técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Em sua manifestação, o MPF/AM destacou que a determinação da suspensão decorreu da investigação de evento adverso grave em paciente gestante – óbito por acidente vascular cerebral hemorrágico – e que o comunicado da Anvisa aponta para possível associação da ocorrência de trombozes com vacinas que utilizam adenovírus como plataforma, como a vacina Oxford/Astrazeneca/Fiocruz e Janssen, sem fazer menção a restrição de aplicação das vacinas Butantan/CoronaVac ou Pfizer/BioNTech a este grupo.

Ressaltou-se, ainda, que "a decisão da Secretaria Municipal de Saúde de excluir grávidas e puérperas, sem comorbidades, não encontra qualquer respaldo científico e contraria a determinação do Ministério da Saúde que incluiu este mesmo grupo como prioritário”.

[Íntegra da manifestação judicial](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República no Amazonas

MPF/SE defendeu a concessão de licença temporária a médicos sem o Revalida para atuação em Aracaju

O Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) apresentou parecer ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) defendendo a expedição de licença temporária a médicos formados no exterior, cujos diplomas ainda não foram submetidos ao exame de revalidação nacional, o Revalida, pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (Cremese). A medida tem por objetivo garantir a atuação de mais médicos na rede pública de saúde da capital, Aracaju, durante a pandemia.

Segundo o MPF/SE a obrigatoriedade do exame é absolutamente correta em tempos de normalidade. Contudo, a situação atual demonstra uma proteção deficiente ao direito à saúde, consagrado como direito fundamental pela Constituição Federal. A relativização da exigência do Revalida tem igualmente base no princípio constitucional da proporcionalidade, pois se destina a atender pelo período relacionado à pandemia e na necessidade decorrente dos conhecidos efeitos da pandemia.

[Íntegra do parecer](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social Ministério Público Federal/ Procuradoria Regional da República da 5ª Região.

[Anvisa emitiu nota para esclarecer o pedido de desistência apresentado pela União Química Farmacêutica](#)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) emitiu nota, na quinta-feira (20), esclarecendo que o pedido de desistência apresentado pela União Química Farmacêutica refere-se apenas ao processo de condução do estudo clínico da vacina Sputnik V no Brasil, sendo distinto daquele que trata do uso emergencial do imunizante.

A desistência foi deferida por meio da [Resolução RE nº 1.991](#), de 18/05/2021.

[Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou a prorrogação do prazo das medidas excepcionais adotadas para facilitar acesso a medicamentos do kit intubação](#)

A Anvisa prorrogou o prazo das medidas que possibilitam, em caráter excepcional e emergencial, a liberação para distribuição de medicamentos estéreis antes da conclusão dos testes de controle de qualidade e a liberação dos lotes para uso após os resultados de sete dias do teste de esterilidade.

A Agência informou que vem monitorando os medicamentos e lotes fabricados na vigência de tais medidas. Desde a adoção de tais medidas, 23 medicamentos e, aproximadamente, 40 milhões de unidades farmacotécnicas foram liberados para distribuição anteriormente à execução e à conclusão dos testes de controle de qualidade, totalizando 597 lotes de 29 empresas.

A prorrogação, aprovada em reunião realizada pelo Circuito Deliberativo – CD 432/2021, é até o dia 19/08/2021.

[Anvisa recebeu pedido da Pfizer para alterar condições de conservação da vacina](#)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou que recebeu, na sexta-feira (21), solicitação da Pfizer para alteração das condições de conservação de sua vacina, aumentando o prazo de armazenamento. Atualmente, o texto aprovado em bula diz que a vacina, após ser descongelada, pode ser armazenada por até cinco dias em temperatura entre 2 e 8 graus Celsius.

A Pfizer obteve na semana passada aprovação das autoridades de saúde dos Estados Unidos e Europa para que o imunizante tenha permissão para ser armazenado na temperatura de geladeira, entre 2°C e

8°C, por um período de 30 dias, desde que o frasco não tenha sido aberto ainda.

Agora, a Anvisa avaliará os estudos de estabilidade desenvolvidos pelo laboratório. A previsão é que a avaliação seja concluída até o final desta semana.

Anvisa requereu ao Instituto Butantan a apresentação de dados complementares a respeito da imunogenicidade da CoronaVac

Após reunião realizada na sexta-feira (21), a Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos (GGMED) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) solicitou ao Instituto Butantan a apresentação de dados complementares aos que foram apresentados no dia 30 de abril, para a conclusão da avaliação a respeito da imunogenicidade da vacina CoronaVac.

Segundo a Agência, as vacinas contra a Covid-19 devem ser capazes de gerar anticorpos funcionais, especificamente os chamados anticorpos neutralizantes, que bloqueiam a entrada do vírus nas células hospedeiras alvo, prevenindo a infecção e o desenvolvimento da doença.

As informações complementares devem ser enviadas pelo Instituto nos próximos dias.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul instruiu gestores de todo o Estado para a vacinação com doses da Pfizer

A Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS) realizou uma videoconferência, na quinta-feira (20), com equipes de imunizações de municípios e regionais, para capacitar as equipes quanto ao uso da vacina Pfizer. O treinamento específico é necessário porque o imunizante tem características específicas e diferenciadas de armazenamento, manuseio e aplicação.

As doses da Pfizer chegam ao Brasil em caixas de transporte específicas, com isolamento térmico e gelo seco que permite a manutenção de temperaturas entre -90°C e -60°C por até 30 dias. Em freezers, com temperatura entre -25°C e -15°C, o armazenamento pode ser por até duas semanas. Em freezers de temperatura ultrabaixa (entre -80°C e -60°C) as doses podem ficar por até seis meses. Após sair da fábrica, estando nas caixas térmicas ou nos freezers de -25°C a -15°C, o lote pode ser levado de volta a um ultrafreezer, reassumindo a validade original de seis meses. Essas temperaturas mais baixas do que precisam as doses das demais fabricantes são necessárias porque a vacina da Pfizer tem menos conservantes.

Um dos pontos ressaltados na capacitação ministrada por consultores da farmacêutica foram os prazos de armazenamento e utilização. Os municípios receberão suas doses refrigeradas (entre 2°C e 8°C). Nesta temperatura, as doses podem ficar por até cinco dias (120 horas). A orientação do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (Cevs) é que os municípios realizem agendamento prévio das pessoas a serem imunizadas. Da mesma forma, não é recomendada a estratégia de vacinação fora de Unidades Básicas de Saúde, como em *drive-thru*, por exemplo. Na sala da vacina, após o frasco ser tirado do

refrigerador e diluído, as doses devem ser aplicadas em até seis horas.

Secretaria de Saúde de Minas Gerais informou que a vacinação de grupos prioritários será reforçada com doses da Pfizer em 47 municípios do Estado

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) enviou, na segunda-feira (24), às Unidades Regionais de Saúde, as 64.350 doses de vacina Pfizer, destinadas a 47 municípios mineiros. As cidades atenderam aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde, em acordo com a Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais (CIB-SUS/MG N° 3.408 do dia 18 de maio de 2021), para armazenamento e manipulação do imunizante. Esta é a maior operação de vacinação da história de Minas Gerais.

Confira os critérios para cada município receber o imunizante da Pfizer:

- População acima de 79 mil habitantes;
- Equipe capacitada para a administração da vacina;
- Menor distância da sede da Unidade Regional de Saúde (URS): os municípios devem estar distantes, no máximo, 2h30min da capital, por modal aéreo ou rodoviário (veículo refrigerado), a fim de ampliar a segurança da preservação da temperatura de transporte indicada (-15°C à -25°C), observada a estrutura disponível para logística;
- Comprovar mecanismos de agendamento para vacinação;
- Agendar a vacinação de modo a consumir 100% das doses em no máximo quatro dias, a contar da data agendada para recebimento das vacinas;
- O tempo de validade máximo após abertura do frasco, conservado entre 2°C e 8°C, é de 6h. As unidades de saúde devem manter procedimentos orientados à utilização integral das seis doses (0,3 ml) por frasco no período de funcionamento/vacinação;
- Não deve ser realizada a vacinação com Pfizer/Comirnaty fora das unidades de saúde, para garantir que as condições de preparo e conservação sejam rigorosamente preservadas.

Municípios que receberão vacinas Pfizer: Alfenas, Araguari, Araxá, Barbacena, Betim, Caratinga, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Coronel Fabriciano, Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares, Ibirité, Ipatinga, Itabira, Itajubá, Itaúna, Ituiutaba, João Monlevade, Juiz de Fora, Lavras, Manhuaçu, Montes Claros, Muriaé, Nova Lima, Nova Serrana, Pará de Minas, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São João del-Rei, Teófilo Otoni, Timóteo, Vespasiano, Passos, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Três Corações, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Unaí e Varginha. Toda a operação de distribuição de vacina conta com a escolta das Forças de Segurança do Estado.

Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro informou distribuição de mais de 57 mil doses de vacina da Pfizer em 19 municípios cariocas

A Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro informou que foram distribuídas, na segunda-feira (24), 57 mil doses de vacina da Pfizer, de forma proporcional e igualitária, para os municípios considerados elegíveis para a manipulação e conservação do imunizante. A definição desta estratégia aconteceu conforme deliberação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e após pactuação com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS).

Municípios que receberão as vacinas: Angra dos Reis, Barra Mansa, Belford Roxo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaboraí, Macaé, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, São Gonçalo, São João de Meriti, Teresópolis e Volta Redonda.

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Estudo coordenado pela Fiocruz analisou mortalidade precoce em UTI

Um estudo coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) analisou por que alguns pacientes graves submetidos à ventilação mecânica conseguem deixar a UTI, enquanto outros não sobrevivem à Covid-19. A pesquisa indicou que a presença do retrovírus endógeno humano da família K (HERV-K) está associada não só ao agravamento da doença como também à mortalidade precoce.

De março a dezembro de 2020, o estudo [Ativação do retrovírus endógeno humano K no trato respiratório inferior de pacientes com Covid-19 grave associada à mortalidade precoce](#) acompanhou 25 pessoas em estado crítico que necessitaram de ventilação mecânica. Com idade média de 57 anos, elas estavam internadas no Instituto D'Or (ID'Or) e no Instituto Estadual do Cérebro Paulo Niemeyer (IECPN).

Boletim do Observatório Covid-19: Média de idade de internações por Covid-19 fica abaixo de 60 anos pela primeira vez

O [Boletim do Observatório Covid-19 Fiocruz](#), divulgado na sexta-feira (21), mostrou aumento das notificações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), em grande parte devido a infecções por Sars-CoV-2. Outro dado preocupante é que, pela primeira vez no Brasil, a média da idade de internações em UTIs de todo o país esteve abaixo dos 60 anos.

A análise comparou a Semana Epidemiológica 1 (3 a 9 de janeiro) e a 18 (2 a 8 de maio) de 2021 e verificou que a mediana da idade das internações hospitalares foi de 66 anos na SE 1 para 55 anos na SE 18. Já a mediana de idade de internações em UTI foi de 68 anos na SE 1 para 58 anos na SE 18.

Os pesquisadores alertam que o ano de 2021 vem, a cada semana, apresentando rejuvenescimento da pandemia. “Diferente das últimas semanas, mais da metade dos casos de internação hospitalar e internação em UTI ocorreram entre pessoas não idosas. Em relação aos óbitos, embora a média ainda seja superior a 60 anos, ao longo deste ano houve queda num patamar de 10 anos. Os valores de

mediana de idade dos óbitos foram, respectivamente, 73 e 63 anos".

Fiocruz e Butantan participaram de audiência na Câmara dos Deputados sobre recebimento de IFA para vacinas

A Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantan participaram, na quinta-feira (20), de audiência pública realizada pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19, da Câmara dos Deputados, para debater o atraso na entrega do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) importado, utilizado na produção das vacinas.

O Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz, informou que estão previstas duas entregas: no sábado (22) chegarão ao País dois lotes de IFA da vacina AstraZeneca, produzida pela Fiocruz, um deles antecipado após negociações; e, na próxima terça-feira (25) chegará o IFA da vacina Sinovac, produzida pelo Butantan, matéria-prima que será usada na fabricação de 5 milhões de doses. Segundo o Secretário, o Ministério da Saúde está em contato permanente com a embaixada brasileira em Pequim, o embaixador chinês no Brasil, as autoridades e os laboratórios chineses, em um esforço conjunto com o Ministério das Relações Exteriores para agilizar, ao máximo, o processo de recebimento do IFA. Ressaltou, contudo, que é preciso lembrar que a China também enfrenta o desafio de imunizar sua população, o que tem acarretado os atrasos nas remessas do IFA.

Fiocruz recebeu IFA para produzir 12 milhões de doses de vacina AstraZeneca

A Fundação Oswaldo Cruz recebeu, no sábado (22), nova remessa de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) que possibilitará a produção de 12 milhões de doses de vacina da AstraZeneca.

Com a nova remessa, estão asseguradas a produção de vacinas até a terceira semana de junho e entregas ininterruptas até 3 de julho. Ao todo, a Fiocruz já entregou ao Programa Nacional de Imunizações (PNI/MS) 41,1 milhões de doses da vacina, o que corresponde a 45% das doses disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). No dia 21 de maio, foram disponibilizadas ao Ministério 6,1 milhões de doses, sendo 800 mil doses a mais do que o previsto inicialmente, em razão da liberação de um novo lote da etapa de controle de qualidade.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Estudo do IPEA mostrou que Brasil registrou proporção maior de mortes por Covid-19 do que 89,3% dos demais 178 países com dados compilados

Segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil registrou, em proporção de sua população total, mais mortes por Covid-19 em 2020 do que 89,3% dos demais 178 países com dados compilados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Quando a comparação desses registros é ajustada à distribuição populacional por faixa etária e sexo em cada país, o resultado brasileiro se torna ainda pior que os de 94,9% dos mesmos países.

Nota técnica preliminar

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Avançada

Publicado o Boletim Epidemiológico nº 63 referente à Semana Epidemiológica 19 (9/5 a 15/5/2021) – Brasil registra redução de 10% em óbitos por Covid-19

Com o intuito de publicizar a análise detalhada do perfil de casos e óbitos decorrentes do novo coronavírus e de dados atinentes a hospitalizações e óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) relativos à 19ª semana epidemiológica (9/5 a 15/5/2021), o Ministério da Saúde divulgou o [63º Boletim Epidemiológico Especial – Doença pelo Coronavírus Covid-19](#).

De acordo com o boletim, durante a semana epidemiológica 19 (SE 19) foram registrados 440.655 casos e 13.399 óbitos novos por Covid-19. Em comparação com a SE anterior, foi verificada uma redução de 10% nas mortes ocasionadas pela doença.

Dados da Semana Epidemiológica 19 (9/5 a 15/5/2021)

Número de novos casos por região: Região Centro-Oeste – 35.925 casos; Região Nordeste – 121.374 casos; Região Norte – 28.298 casos; Região Sudeste – 177.620 casos; Região Sul – 77.438 casos.

Número de novos óbitos por região: Região Centro-Oeste – 1.182 óbitos; Região Nordeste – 2.724 óbitos; Região Norte – 776 óbitos; Região Sudeste – 6.771 óbitos; Região Sul – 1.946 óbitos.

O relatório apresenta, ainda, dados sobre os casos de SRAG hospitalizados, casos e óbitos de SRAG por Covid-19, perfil de casos e óbitos por SRAG em profissionais de saúde e gestantes, variantes de atenção e/ou preocupação, casos de reinfecção por Sars-Cov-2 e informações concernentes à vigilância laboratorial.

Ministério da Saúde apresentou plano de testagem a ser debatido com estados e municípios

O Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e o Secretário Executivo da pasta, Rodrigo Cruz, apresentaram, na sexta-feira (21), plano de testagem da população, em especial profissionais mais expostos ao coronavírus, que será discutido no âmbito do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A nova estratégia de testagem com exames de antígeno tem o objetivo de conter a propagação do vírus, enquanto identifica e isola os infectados e seus contatos. O modelo é dividido em três eixos: um deles é a realização de testes em sintomáticos; o segundo, em assintomáticos, por busca ativa em locais de grande circulação de pessoas e profissionais mais expostos ao risco; e o último é a soroprevalência, que permite o acompanhamento epidemiológico dos casos, ao longo do tempo.

O Secretário Executivo do Ministério da Saúde destacou que "Realizaremos a busca ativa de profissionais com maior risco de contágio para testar e, assim, minimizar a transmissão do vírus. Se, de

forma antecipada, conseguimos identificar o vírus, conseguiremos frear a circulação. Isso será discutido junto ao Conass e Conasems para avaliarmos a capacidade de testagem dos municípios".

Ministro discutiu com a Anvisa e autoridades de São Paulo e Guarulhos estratégias para evitar a entrada de variantes no Brasil

O Ministro da Saúde reuniu-se, por videoconferência, no sábado (22), com técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Prefeito de Guarulhos e o Secretário de Saúde de São Paulo, para discutir estratégias que evitem a propagação da variante indiana da Covid-19 e de novas cepas que, porventura, venham a surgir.

Por ser a principal porta de entrada de viajantes de todo o mundo, o Aeroporto de Guarulhos e, conseqüentemente, a cidade de São Paulo são focos de preocupação quanto à disseminação do vírus e mutações que possam ocorrer.

A Anvisa intensificou a vigilância em aeroportos, incluindo abordagem a passageiros antes e após voos. Uma portaria recém-editada proíbe a entrada de estrangeiros de voos com origem ou passagem pela Índia, Reino Unido, Irlanda do Norte e África do Sul.

Ministério da Saúde anunciou que enviará 600 mil testes rápidos de antígeno ao Maranhão

O Ministério da saúde anunciou no sábado (22) que enviará 600 mil testes rápidos de antígeno ao Maranhão, como parte da estratégia para evitar a transmissão comunitária da variante indiana da Covid-19, identificada em tripulantes de navio atracado próximo à costa maranhense.

Serão testadas as pessoas que passam pelos aeroportos e pelas divisas do Maranhão, evitando que um eventual infectado propague a nova cepa para outras unidades da Federação. Qualquer paciente cujo resultado der positivo no teste rápido será submetido ao RT-PCR, com análise genômica para identificar se a infecção é causada pela variante.

Segundo o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, já há uma equipe no Maranhão, que está fazendo um inquérito epidemiológico para acompanhamento desse caso. *Um paciente que estava nesse navio precisou ser atendido em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). E para além desse paciente, nós estamos acompanhando a equipe assistencial, que está sendo testada. Em caso positivo, fazemos o teste RT-PCR e a vigilância genômica,"* salientou o Ministro.

Secretário de Atenção Primária à Saúde visitou hospitais federais do Rio de Janeiro

A pedido do Ministro da Saúde, o Secretário de Atenção Primária à Saúde visitou, na sexta-feira (21), hospitais federais do Rio de Janeiro para identificar quais as necessidades reais dos estabelecimentos.

A partir deste mapeamento, o Ministério da Saúde poderá criar estratégias de reestruturação para regularizar a assistência e retomar os atendimentos nos hospitais. A Atenção Primária é o primeiro

nível de atenção em saúde e a principal porta de entrada do SUS.

De acordo com o Secretário, a visita facilita o diálogo entre as instituições e a pasta: “Muitas questões são burocráticas e o Governo Federal consegue atuar rapidamente. Outras são complexas e requerem análise para propor a melhor estratégia”.

Ministério da Saúde autorizou mais 664 leitos de UTI Covid-19 para 13 Estados

O Ministério da Saúde autorizou, em caráter excepcional e temporário, na sexta-feira (21), mais 664 leitos de UTI Covid-19 para atendimento aos pacientes em estado grave.

As autorizações foram destinadas para Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

PORTARIA GM/MS Nº 1.011, DE 20 DE MAIO DE 2021 - Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, e estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

Ministro da Saúde e Governador de Goiás discutem desenvolvimento de parque industrial de saúde no Centro-Oeste

O Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, se reuniram, na quinta-feira (20), para discutir o desenvolvimento do parque tecnológico de saúde goiano e a possibilidade de envasar e produzir vacinas contra a Covid-19 no estado, aproveitando o potencial logístico da região central do país. Durante a reunião, também foram discutidos pontos relacionados à vacinação de profissionais da educação.

Doenças crônicas neurológicas são incluídas nos grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19

Com a atualização do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), na quinta-feira (20), portadores de doenças cerebrovascular (acidente vascular cerebral isquêmico ou hemorrágico, ataque isquêmico transitório e demência vascular), doenças neurológicas crônicas que impactem na função respiratória, doenças hereditárias e degenerativas do sistema nervoso ou muscular, e indivíduos com deficiência neurológica grave, paralisia cerebral, esclerose múltipla, ou condições similares, já podem se vacinar contra a Covid-19 em todo País.

Também foram incluídas as novas recomendações para a vacinação de gestantes e puérperas, com comorbidades, somente com os imunizantes do Butantan (Coronavac) ou da Pfizer, permanecendo suspensa a aplicação da vacina AstraZeneca, conforme orientação da Agência Nacional de Vigilância

Sanitária (Anvisa).

Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação

Campanha de vacinação contra a Covid-19: Ministério da Saúde anunciou que conseguiu antecipar o recebimento de mais 4 milhões de doses da vacina AstraZeneca

O Ministro da Saúde anunciou, na quinta-feira (20), que o Governo Federal, após negociações intermediadas pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), conseguiu antecipar a entrega de 4 milhões de doses de vacina Oxford/AstraZeneca, adquiridas pelo mecanismo internacional Covax Facility.

Com a nova remessa, o Brasil terá recebido mais de 9 milhões de doses da vacina da AstraZeneca/Oxford pelo consórcio global desde março.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 23 de maio de 2021, informam que o Brasil registra 16.083.258 casos de infecção pelo novo coronavírus e 449.068 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Imprensa Nacional; Ministério da Saúde

PSDB ajuizou ADPF para que o STF determine ao Presidente da República o cumprimento de medidas contra a Covid-19

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ajuizou, na sexta-feira (21), Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para que o Supremo Tribunal Federal (STF) determine ao Presidente da República o cumprimento das medidas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, principalmente quanto ao uso de máscara e ao distanciamento social, sob pena de multa.

A ação (ADPF 845), com pedido de medida cautelar, foi distribuída ao Ministro Edson Fachin.

STF garantiu à Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde o direito de ficar em silêncio sobre fatos ocorridos entre dezembro de 2020 e janeiro 2021

O Ministro Ricardo Lewandowski, embora tenha indeferido o pedido de reconsideração apresentado nos autos do HC 201970, reconheceu, diante dos novos documentos acostados, que "assiste à paciente o direito de permanecer em silêncio – se assim lhe aprouver – quanto aos fatos ocorridos no período compreendido entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, objeto da Ação de Improbidade Administrativa acima mencionada, em que figura como ré, devendo, quanto ao mais, pronunciar-se sem reservas, especialmente acerca de sua atuação na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, bem assim sobre as demais questões que vierem a ser

formuladas pelos parlamentares".

A ação de improbidade a que se referiu o Relator, apura responsabilidade dos agentes públicos, dentre eles o ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por fatos ocorridos durante o recrudescimento da pandemia no Estado do Amazonas, ocorrido nesse período.

A Secretária, Mayra Pinheiro, prestará depoimento na CPI da Pandemia na terça-feira (25), às 9 horas. Para ter acesso a oitiva, click [aqui](#).

Íntegra da decisão

Ministra Rosa Weber manteve decisão que permitiu a antecipação da ordem de prioridades de vacinação contra a Covid-19 em João Pessoa/PB

A Ministra Rosa Weber indeferiu pedido liminar em Reclamação apresentada pelo Ministério Público Federal (RCL 47398), mantendo a decisão judicial que permitiu a antecipação da ordem de prioridades de vacinação em João Pessoa (PB) para os profissionais de educação, desde que a aplicação possa ser concomitante aos grupos prioritários que os antecedem.

A reclamação foi apresentada contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) que, em recurso, suspendeu os efeitos de decisão de 1º grau que proibia o município de imunizar os profissionais da educação antes das pessoas em situação de rua, dos presos e dos funcionários do sistema prisional, na ordem prevista no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19.

Segundo a Relatora, não houve afronta ao entendimento do Supremo Tribunal Federal na ADPF 754 e a decisão do TRF5 estaria alinhada ao interesse público.

Íntegra da decisão

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Diário Oficial da União

Visando a dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

PORTARIA Nº 969, DE 19 DE MAIO DE 2021 - A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, substituta, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve.

PORTARIA Nº 979, DE 20 DE MAIO DE 2021 - Reconhece o Estado de Calamidade Pública no município de Xambê/PR.

PORTARIA GM/MS Nº 1.023, DE 21 DE MAIO DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

PORTARIA GM/MS Nº 1.024, DE 21 DE MAIO DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado de Pernambuco e Município de Caruaru.

PORTARIA GM/MS Nº 1.025, DE 21 DE MAIO DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Franco da Rocha.

PORTARIA GM/MS Nº 1.026, DE 21 DE MAIO DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Município de São Joaquim de Bicas.

PORTARIA GM/MS Nº 1.028, DE 21 DE MAIO DE 2021 - Autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

PORTARIA GM/MS Nº 1.033, DE 21 DE MAIO DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.

PORTARIA GM/MS Nº 1.034, DE 21 DE MAIO DE 2021 - Cancela a autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

PORTARIA GM/MS Nº 1.035, DE 21 DE MAIO DE 2021 - Cancela a autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

PORTARIA GM/MS Nº 1.038, DE 21 DE MAIO DE 2021 - Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a estados e municípios.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 53, DE 20 DE MAIO DE 2021 - Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bff36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalhador-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres –

http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing>

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portal.fns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid-19>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacon-tracoronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação -

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associações dos Juizes Federais do Brasil – <https://www.ajufe.org.br/imprensa/noticias-covid-19>

Associação dos Magistrados Brasileiros – https://www.amb.com.br/coronavirus-confira-decisoes-do-judiciario-relacionadas-ao-enfrentamento-da-pandemia/?doing_wp_cron=1586478574.7145249843597412109375

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – <https://www.anamatra.org.br/imprensa/coronavirus>

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>